

Para solicitar entrevistas ou mais informações, queira entrar em contato com:

Neil Sorensen: +33 641 668 648 ou neil_sorensen@yahoo.com

Michelle Geis: +1 301 280 5712 ou mgeis@burnesscommunications.com

LIBERAÇÃO EMBARGADA ATÉ 11:00 GMT DO DIA 28 DE MARÇO DE 2012

Observação do editor: Para obter acesso à íntegra do relatório, vídeo, materiais de imprensa, imagens e outras informações de apoio, visite a sala de imprensa virtual: <http://ccafs.cgiar.org/commission/press-room>.

Cientistas do mundo definem ação conjunta para atacar a insegurança alimentar

Relatório oferece roteiro para a ação de líderes globais para a criação de um sistema alimentar sustentável

LONDRES (28 de março de 2012) – Quase um bilhão de pessoas em todo o mundo sofre de desnutrição, ao passo que milhões padecem de doenças crônicas devido ao consumo excessivo de alimentos. A demanda global por produtos agrícolas está crescendo, e os preços dos alimentos está subindo, e ainda assim cerca de um terço dos alimentos produzidos para consumo humano são perdidos ou desperdiçados. As mudanças climáticas ameaçam aumentar a frequência de secas, enchentes e surtos de pragas, e o mundo perde 12 milhões de hectares de áreas agrícolas a cada ano para a degradação do solo. Práticas precárias e desmatamento fazem da agricultura a maior fonte de emissões de gases de efeito estufa no planeta.

Para solucionar essas tendências alarmantes, uma comissão independente de líderes científicos de 13 países lançou hoje um conjunto detalhado de recomendações para os formuladores de políticas acerca de como alcançar a segurança alimentar face à mudança do clima. No relatório, a Comissão para Agricultura Sustentável e Mudanças Climáticas propõe respostas de políticas específicas ao desafio global de alimentar um mundo confrontado com as mudanças climáticas, crescimento demográfico, pobreza, disparadas dos preços dos alimentos e degradação dos ecossistemas. O relatório destaca oportunidades específicas segundo os mandatos da Cúpula da Terra Rio+20, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e o Grupo dos 20 Países (G-20).

“A insegurança alimentar e as mudanças climáticas já estão inibindo o bem-estar humano e o crescimento econômico pelo mundo afora, e esses problemas tendem a se acelerar”, afirmou Sir John Beddington, presidente da Comissão. “A adoção de políticas enérgicas é necessária se quisermos preservar a capacidade do planeta de produzir alimentos adequados no futuro.” O relatório foi divulgado na Conferência Planeta sob Pressão, em que cientistas de todo o mundo estão trabalhando em soluções para os desafios da sustentabilidade global visando a Cúpula do Rio, que será realizada entre 20 e 22 de junho no Rio de Janeiro.

Para concretizar a estabilização da segurança alimentar e do clima global

A Comissão delineou sete recomendações visando a implementação simultânea por uma série de governos, instituições internacionais, investidores, produtores agrícolas, consumidores, empresas de alimentos e pesquisadores. Eles urgem por mudanças na política, finanças, agricultura, cooperação para o desenvolvimento, opções alimentares e desperdício de alimentos, bem como a revitalização dos investimentos nos sistemas de conhecimento com vistas à viabilização dessas mudanças.

O Professor Judi Wakhungu, diretor executivo do Centro Africano de Estudos Tecnológicos (ACTS), afirmou: “Na qualidade de Comissão, fomos incumbidos de coletar a riqueza de conhecimento científico e soluções práticas acumuladas pelos relatórios de avaliação recentes

acerca da segurança alimentar e mudanças climáticas. Juntos, identificamos cautelosamente as sete maneiras mais importantes de os formuladores de políticas concretizarem a estabilização da segurança alimentar e climática global.”

As recomendações da Comissão incentivam a elevação significativa do nível de investimento global nos sistemas de agricultura e alimentos sustentáveis nos próximos dez anos; a intensificação sustentável da produção agrícola nas terras existentes paralelamente à redução das emissões de gases de efeito estufa; e redução de perdas e desperdício no sistema alimentar. “Já passou da hora de perceber que fazendas de todos os portes em todo o mundo são fundamentais para a nutrição humana e bem-estar econômico, mas também estão enfrentando escolhas determinantes com implicações expressivas para a forma com que gerimos o planeta visando a suficiência no longo prazo”, segundo a Comissária dos EUA Professora Molly Jahn, da University of Wisconsin-Madison.

Mobilização da ciência e das políticas em prol de práticas agrícolas sustentáveis

Práticas agrícolas alternativas têm o potencial de proporcionar benefícios para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, e a Comissão instou a CQNUMC a instituir um programa de trabalho que trate dessas questões de forma conjunta, sob os auspícios do Órgão Subsidiário de Consulta Científica e Tecnológica (SBSTA). “Sem um programa de trabalho integrado do SBSTA para a agricultura, corremos o risco de criar políticas fragmentadas para o clima global”, afirma o Vice-Presidente da Comissão Dr. Mohammed Asaduzzaman, Diretor de Pesquisa no Instituto de Bangladesh para Estudos sobre Desenvolvimento. “Países como Bangladesh claramente precisam de apoio para a agricultura resistente ao clima, mas também precisamos de um sério empenho em nível global para a redução das emissões de gases causadores de efeito estufa, inclusive no setor agrícola.” A elevação do nível do mar ameaça grandes áreas de Bangladesh, que já sofrem considerável migração por razões ambientais.

O relatório da Comissão cita evidências recentes de que a eliminação do hiato entre o rendimento potencial e o rendimento efetivo de 16 grandes culturas pode aumentar a produtividade em mais de 50%. “Para produzir alimentos suficientes para nossa população que cresce em ritmo acelerado, investimentos bem maiores são necessário para aumentar muito a produtividade agrícola imediatamente e no longo prazo”, revelou o Comissário Dr. Nguyen Van Bo, presidente da Academia de Agronomia do Vietnã. “No Vietnã, estabelecemos programas modelo para ampliar a produtividade e qualidade do arroz, mitigar gases de efeito estufa e aumentar a renda dos agricultores.”

A intensificação sustentável da produção agrícola nas áreas existentes, ao mesmo tempo em que reduz as emissões de gases de efeito estufa da agricultura é uma das sete recomendações da Comissão. “Houve casos de sucesso impressionantes na ampliação sustentável da produção agrícola, mas ainda há muito a ser feito”, informa o Comissário Dr. Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil. “O Brasil deu passos largos na redução da pobreza e na proteção de florestas tropicais nos últimos sete anos, mas se não promovermos a ciência e prática da intensificação sustentável, nossas florestas e economias agrícolas estarão em risco.”

Na China, aproximadamente 400 quilogramas de fertilizante químico são usados em cada hectare de terra agricultável. “Temos uma oportunidade e um plano para conter as emissões de gases de efeito estufa desnecessários oriundos de práticas agrícolas ineficientes”, afirmou o Comissário Professor Lin Erda, diretor do Centro de Pesquisa Agrícola e Mudanças Climáticas, da Academia Chinesa de Agronomia. “Estamos mobilizando políticas e orçamentos públicos em prol de cultivares de baixa intensidade de carbono e conservação da terra, água e energia.”

No México, a agricultura responde por 77% do uso doméstico da água, em parte devido a subsídios maciços aplicados ao preço da água e eletricidade para a irrigação. “Precisamos

redirecionar os subsídios públicos para a promoção de práticas agrícolas sadias do ponto de vista econômico e ambiental que conservem os recursos naturais finitos”, declara o Comissário Dr. Adrian Fernández da Universidade Autônoma Metropolitana do México.

Ações abrangentes para reconfigurar os sistemas alimentares

Além de abordar a agricultura, as recomendações da Comissão explicitamente reconhecem o “lado da demanda” da insegurança alimentar. “Se não começarmos a lançar mão das ferramentas à nossa disposição para incentivar escolhas alimentares que sejam positivas para as pessoas e o planeta, precisaremos nos resignarmos com um ônus de doença alimentar crescente”, alerta a Comissária Dra. Marion Guillou, presidente do Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola (INRA).

A Comissão também demanda políticas e programas explicitamente projetados para emancipar as populações vulneráveis. “Foi demonstrado que, quando os pequenos produtores investem na capacidade produtiva de suas terras, resiliência econômica e ambiental são criadas”, informa o Comissário Professor Tekalign Mamo, ministro de estado e assessor da Ministra da Agricultura Etíope. “Precisamos consolidar aquilo que aprendemos por meio da expansão desses programas, do contrário as comunidades permanecerão vulneráveis a uma espiral negativa de perda de produtividade, pobreza e insegurança alimentar.”

“Legislação recente na Índia demonstrou que os programas de atenuação da pobreza também podem ajudar na consecução de objetivos de sustentabilidade ambiental”, conta a Comissária indiana Dra. Rita Sharma, secretária do Conselho Consultivo Nacional da Índia. “A Lei de Garantia do Emprego Rural Nacional Mahatma Ganhi de 2006 ajuda os agricultores e famílias rurais a gerenciar o risco e oferecer resistência às mudanças climáticas e mitigação por meio de projetos de recarga das águas subterrâneas, melhoria da fertilidade do solo e aumento da biomassa.”

A necessidade de dados aprimorados e apoio ao processo decisório para os gestores da terra e aprimorados é sublinhado pela Comissão. “A produção de alimentos inteligente e sustentável requer a atualização de nosso conhecimento sobre água, solos, energia, meteorologia, emissões, produção agrícola e florestas, e que compreendamos como esses elementos atuam em conjunto como um sistema”, comenta a Comissária australiana Dra. Megan Clark, executiva-chefe da Organização de Pesquisa Científica e Industrial da Commonwealth (CSIRO). “Na Austrália, pesquisadores, agricultores e gestores de dados estão trabalhando em conjunto para criar uma capacidade integrada para lidar com as inevitáveis perdas e ganhos inerentes às nossas decisões.”

Ações decisivas para assegurar um espaço operacional seguro para as gerações atuais e futuras

O relatório da Comissão apresenta uma imagem forte dos desafios futuros e pede uma elevação considerável do nível de investimento global nos sistemas de agricultura e alimentação sustentáveis nos próximos dez anos. Por exemplo, o documento insta um seguimento mais vigoroso dos compromissos do G-8 em G8 L’Aquila em 2009 no sentido de fornecer US\$ 20 bilhões para o desenvolvimento agrícola em países pobres e incorporar programas de segurança alimentar e agricultura sustentável no financiamento imediato (“Fast Start”) da CQNUMC. Porém, também oferece exemplos de avanços importantes, apontando investimentos de vulto como o Fundo de Adaptação do Protocolo de Quioto e os € 5,3 milhões do projeto de agricultura inteligente para o clima no Maláui, Vietnã e Zâmbia custeado pela Organização da ONU para Alimentação e a Comissão Europeia.

O relatório aponta oportunidades em toda a cadeia de abastecimento de alimentos para a proteção do meio ambiente e dos lucros. “Muitos líderes do setor público e privado já estão tomando medidas para superar barreiras técnicas, sociais, financeiras e políticas a um sistema de alimentação sustentável”, afirma o Dr. Bruce Campbell, diretor do Programa de Pesquisa sobre

Mudanças Climáticas, Agricultura e Segurança Alimentar da CGIAR, que reuniu a Comissão em fevereiro de 2011. “O trabalho da Comissão identifica quem precisa fazer o quê para fazer evoluir esses esforços iniciais.”

O relatório estimula a continuidade do avanço no âmbito do G-20 sobre os acordos de 2011, inclusive a criação de estratégias de resposta rápida e segura para proteger populações em estado de miséria contra a escalada dos preços dos alimentos ou safras escassas, bem como a melhoria da transparência do mercado por meio de um novo banco de dados agrícola e energético. Na Rio+20, os Comissários devem instar os governos a assumir compromissos financeiros relativos à pesquisa, implementação, capacitação e monitoramento em nível regional a fim de aprimorar os sistemas agrícolas e alimentares. O relatório também aponta acordos globais, como os tratados de comércio da Organização Mundial do Comércio, e iniciativas, como o Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre a Crise de Segurança Alimentar Global das Nações Unidas, e também enfatiza o papel fundamental dos agricultores e do agronegócio.

A Comissão criou um vídeo animado para ilustrar como e por que a humanidade precisa transformar os modos de produção, distribuição e consumo de alimentos em resposta às mudanças no clima, demografia global, hábitos alimentares e meio ambiente. “Para atuar em um ‘espaço seguro’ para as pessoas e o planeta, precisamos equilibrar a quantidade de comida que produzimos, quanto consumimos e desperdiçamos e quanto a agricultura contribui para aumentar as mudanças climáticas”, explica o Comissário sul-africano Professor Bob Scholes, do Conselho de Pesquisa Científica e Industrial (CSIR). A Comissão está lançando o vídeo que descreve a interseção desses limites na Conferência Planeta sob Pressão: <http://bit.ly/SafeSpaceClimateFood>

A lista completa de comissários, o documento do relatório final e informações de apoio, imagens e fatos adicionais e outros materiais podem ser encontrados em: <http://ccaafs.cgiar.org/commission>

###

A **Comissão para Agricultura Sustentável e Mudanças Climáticas** é uma iniciativa do Programa de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas, Agricultura e Segurança Alimentar da CGIAR (www.ccaafs.cgiar.org), com apoio adicional da Plataforma Global de Doadores para o Desenvolvimento Rural. A Comissão reúne experientes cientistas naturais e sociais que atuam nas áreas de agricultura, clima, alimentação e nutrição, economia e recursos naturais da África do Sul, Austrália, Brasil, Bangladesh, China, Estados Unidos, Etiópia, França, Índia, México, Quênia, Reino Unido e Vietnã com o intuito de identificar as mudanças e ações de políticas necessárias de imediato para ajudar o mundo a alcançar uma agricultura sustentável que contribua para a segurança alimentar e a redução da pobreza, e que ajude a fazer frente aos objetivos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Os pontos de ação da Comissão (detalhes completos contidos no documento do relatório final)

1. Integração de segurança alimentar e agricultura sustentável nas políticas globais e nacionais;
2. Elevação substancial do nível de investimentos globais em agricultura sustentável e sistemas de alimentação nos próximos dez anos;
3. Intensificação sustentável da produção agrícola paralelamente à redução das emissões de gases de efeito estufa e outros impactos ambientais negativos da agricultura;
4. Atendimento de populações e setores em situação de máxima vulnerabilidade às mudanças climáticas e insegurança alimentar;
5. Reformulação do acesso à alimentação e padrões de consumo a fim de assegurar a satisfação de necessidades nutricionais básicas e promoção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis em todo o mundo;
6. Redução das perdas e desperdícios dos sistemas alimentares, sobretudo aqueles oriundos de infraestrutura, práticas agrícolas, processamento, distribuição e hábitos domésticos;
7. Criação de sistemas de informação comuns e integrados que englobem as dimensões humanas e ecológicas